

# Empenho deve orientar carreira no magistério

*Intenção do MEC é diminuir importância de certificados como referência para promoções*

DEMÉTRIO WEBER

**B**RASÍLIA – De olho na formação e qualidade dos professores do País, o Ministério da Educação (MEC) quer que o progresso profissional nas carreiras do magistério seja condicionado a processos de avaliação de desempenho. A idéia é dar um peso maior à atuação em sala de aula do que ao tempo de serviço ou até mesmo, em certos casos, à titulação dos profissionais. “Queremos que a progressão se dê pela qualidade do trabalho”, diz a coordenadora-geral de Estudos e Pesquisas sobre Educação Fundamental do MEC, Maria Inês Laranjeira.

A proposta faz parte dos Referenciais para Formação de Professores, documento elaborado pela Secretaria de Educação Fundamental (SEF) nos últimos dois anos, que em breve será distribuído para as Secretarias Municipais e Estaduais da Educação e faculdades da área. Segundo Maria Inês, é a primeira vez que o MEC prepara esse tipo de referencial. Ela afirma que também é inédita a idéia de vincular a ascensão profissional à avaliação no ensino fundamental, pelo menos nos moldes sugeridos pelo ministério.

Os referenciais privilegiam a função do professor, recomendando que não haja cargo, no magistério, com salário superior ao de quem dá aulas e ocupa o posto mais eleva-

do da carreira. “Não faz sentido um diretor ou um supervisor ganhar mais do que o professor, que desempenha a função crucial do sistema”, diz Maria Inês, lamentando que os cargos administrativos acabem sendo o principal caminho de ascensão profissional.

A coordenadora-geral critica ainda o fato de os salários serem geralmente vinculados ao nível de ensino em que o professor atua, ficando os pisos mais baixos para quem trabalha na educação infantil – realidade que ignora a complexidade e a importância da educação nos primeiros anos de vida. Da mesma forma, o profissional do ensino fundamental costuma ganhar menos do que seu colega do ensino médio.

A proposta do MEC, entretanto, não é abolir o tempo de serviço e a escolaridade como critérios para crescer na carreira. O texto, que está sendo impresso em 20 mil exemplares, prega apenas a “relativização” do peso atual desses critérios em benefício da avaliação.

**Diploma** – Permitir o acesso de todos os professores à universidade é um grande desafio. Em 1997, mais da metade do 1,6 milhão de profissionais que atuam na educação básica não tinha diploma universitário. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determina que, no fim da chamada Década da Educação, que se encerra em 2006,

todos os professores deverão ter o curso de graduação.

A avaliação idealizada pelo MEC deve ser periódica e conduzida pelas escolas e pelas secretarias. A pontuação atribuída aos docentes serviria de parâmetro para a progressão na carreira, sendo considerados também os resultados de avaliações do sistema educacional e do desempenho dos alunos, realizadas pelas secretarias. As bancas examinadoras seriam formadas por representantes das escolas, dos governos e das faculdades de educação.

Desde 1997, técnicos do MEC participaram de dez seminários regionais e analisaram 151 pareceres de especialistas brasileiros e do exterior. Pronta a primeira versão do documento, outros 20 pareceres de especialistas brasileiros foram considerados para a redação da segunda versão.

O MEC despertou para a necessidade de definir os Referenciais para Formação de Professores durante a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental. Os parâmetros definem o tipo de conteúdo e a forma de ensino considerada mais adequada para os alunos nessa faixa etária. Ao pôr no papel aquilo que entende como o ideal para a formação do aluno, os técnicos do ministério perceberam que o nível dos professores estava muito aquém do mínimo necessário para transformar os PCNs em realidade.

**AVALIAÇÃO  
DEVE SER  
PERIÓDICA E  
CONJUNTA**